

MARIA CAROLINA **NERY**

ARBITRAGEM E PODER JUDICIÁRIO

PROPOSTA PARA UM DIÁLOGO

apresentação

Eleonora Coelho

prefácio

Giovanni Ettore Nanni

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tox: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Anna Shaw

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Nery, Maria Carolina
Arbitragem e poder judiciário : proposta para um diálogo / Maria Carolina Nery. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia
ISBN 978-65-5065-296-8

1. Arbitragem (Direito) 2. Arbitragem (Direito) - Brasil 3. Direito civil 4. Direito civil - Brasil 5. Poder judiciário 6. Poder judiciário - Brasil I. Título.

20-34714

CDU-347.918

Índices para catálogo sistemático:

1. Arbitragem : Direito civil 347.918

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO.....	13
INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO I. A NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM E A NECESSIDADE DE COERÊNCIA NA APLICAÇÃO DO DIREITO PELO TRIBUNAL ARBITRAL	23
I.1. Princípios constitucionais como limite e fonte de legitimidade do poder jurisdicional: processo e procedimento; devido processo legal e garantia de segurança jurídica para as partes	27
I.2. Natureza jurídica da arbitragem.....	32
I.2.1. Jurisdição	35
I.3. Convenção de arbitragem como forma de renúncia à jurisdição estatal	42
I.4. Vinculação do particular, do Tribunal Arbitral e do juiz estatal à legalidade....	43
I.5. Juízo por equidade e decisões <i>contra legem</i> e <i>contra constitutionem</i>	46
I.6. Da convenção de arbitragem e das circunstâncias negociais como essenciais à formação da vontade das partes	50
I.7. Cláusula arbitral aposta em contrato de adesão e em Estatuto Social.....	65
CAPÍTULO II. A COMPETÊNCIA ARBITRAL – <i>KOMPETENZ-KOMPETENZ</i>.....	71
II.1. Conceito de <i>Kompetenz-Kompetenz</i> (<i>compétence-compétence</i>).....	71
II.2. Autonomia da cláusula compromissória – <i>separability</i>	76
II.3. Regulamentação de <i>Kompetenz-Kompetenz</i> no direito brasileiro.....	79
II.4. Extensão normativa de <i>Kompetenz-Kompetenz</i> – instauração da arbitragem – procedimento – decisão final	80
II.5. Desvios legais e procedimentais a serem corrigidos ao final da arbitragem – ação anulatória.....	82

CAPÍTULO III. DIÁLOGO NECESSÁRIO ENTRE JURISDIÇÃO ESTATAL E ARBITRAL: COMPREENSÃO PARA EVITAR ALGUNS ENGANOS	87
III.1. Inexistência de hierarquia entre Poder Judiciário e Tribunal Arbitral	87
III.2. Carta arbitral como veículo de comunicação e instrumento de diálogo entre juízo estatal e juízo arbitral	91
III.3. Alegação de existência de convenção de arbitragem em ação judicial	93
III.4. Tutela de urgência concedida pelo Tribunal Arbitral	96
III.5. Tutela de urgência antecedente concedida pelo Poder Judiciário (ou pelo árbitro de emergência) em conflitos a serem dirimidos posteriormente em sede de arbitragem ainda por ser instaurada	101
III.6. Recusa da Requerida a se submeter à arbitragem – LArb 7º	103
III.7. (Im)possibilidade de haver conflito de competência entre Juízo Estatal e Juízo Arbitral	105
III.8. Recuperação Judicial, Falência e Arbitragem	109
III.9. Litisconsórcio na arbitragem.....	113
III.10. Execução, Cumprimento de Sentença e Arbitragem	116
III.10.1. Execução de título extrajudicial	116
III.10.2. Cumprimento de sentença arbitral	117
CONCLUSÃO.....	119
BIBLIOGRAFIA.....	125